



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020 - CMG

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA  
FINS DE "CONTRATAÇÃO DE PESSOA  
JURÍDICA ESPECIALIZADA NA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
AGENCIAMENTO DE VIAGENS, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A CASA MILITAR  
DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO  
PARÁ - CMG E A EMPRESA NORTE  
TURISMO LTDA EPP

Pelo presente instrumento, de um lado a CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ, órgão da Administração direta, CNPJ nº 07.313.542/0001-63, como sede na Av. Doutor Freitas, nº 2531, Bairro da Pedreira, CEP: 66.087-810, nesta cidade de Belém - Pará, CEP: 66087-810, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Chefe, o Sr. CEL QOPM R/R OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR, RG 9916, CPF nº 042.691.858-48, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a Empresa NORTE TURISMO LTDA EPP, CNPJ nº 05.570.254/0001-69, com sede a Travessa Padre Eutíquio, nº 43, Bairro Comércio, CEP: 66010-150, Belém - Pará, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por LEONARDO GUIMARÃES FONTENELE, RG nº 2992994, CPF nº 692.072.402-20, brasileiro, paraense, casado, residente e domiciliado nesta cidade, CELEBRAM O PRESENTE CONTRATO, na melhor forma de direito, sujeitando as partes às disposições da Constituição Federal de 05/10/1988, Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Decreto nº 5.450, de 31/05/2006; Decreto Estadual nº 877, de 01/04/08; Lei Complementar nº. 147, de 07/08/2014, que altera a Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em suas redações atuais e demais legislação complementar, ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 012/2019 - PMPA e Ata de Registro de Preços nº 03-A/2019 têm entre si justo para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS", para suprir as necessidades deste órgão, descritos na Cláusula Primeira deste ajuste, nos termos da proposta da CONTRATADA, a qual forma parte integral deste instrumento e mediante as Cláusulas e condições a seguir estipuladas, do inteiro conhecimento das partes contratantes, que aceitam e se obrigam a cumprir integralmente:

CLÁUSULA I - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente contrato tem como fundamento legal as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e, pela Lei Estadual nº 6.474/2002, pelos Decretos Estaduais nº 2.069/2006 e 967/2008, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Código de Defesa do Consumidor.



## CLÁUSULA II - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP 012/2019 – PM/PA e Ata de Registro de Preços nº 03-A/2019 e aos termos da proposta vencedora.

## CLÁUSULA III - DO OBJETO

3.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, compreendendo as atividades de:

3.1.1 - Cotação, reserva, marcação, emissão, remarcação ou alteração, cancelamento, reembolso e entrega de bilhetes de passagens terrestres (rodoviárias intermunicipais e interestaduais), fluviais (intermunicipais) e de passagens aéreas (nacionais e internacionais) para atendimento das necessidades da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, conforme condições, especificações, quantidades e exigências no Termo de Referência, Ata de Registro de Preços nº 03-A/2019 e cota excedente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, devidamente autorizada pelo Ofício nº 490/2019 – GP, documento integrante do Processo nº 783/2019 – CMG.

## CLÁUSULA IV - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

4.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da Polícia Militar do Pará, conforme parecer Nº 191/2019 - CONJUR, bem como pela Assessoria Jurídica da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, por meio do Parecer Jurídico nº 010/2020 – ASJUR/CMG, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX, do art. 30, do Decreto nº 5.450/2005.

## CLÁUSULA V - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A prestação dos serviços objeto deste contrato será realizada pelo período de 12 meses, a contar da publicação de seu resumo (extrato) na Imprensa Oficial do Estado do Pará e poderá ser prorrogado nos termos e limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.2. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste contrato, imediatamente no dia da publicação do contrato.

5.3. PRAZO PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO: A contratada deverá atender as solicitações da CONTRATANTE, quanto a orçamentos, emissões de passagens aéreas, terrestres e fluviais e outras requisições, **no prazo de 4 (quatro) horas corridas** e, excepcionalmente, para as requisições urgentes, no prazo de 1 (uma) hora, a contar do recebimento.

5.4. PRAZO PARA A ENTREGA DE BILHETES: A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas, terrestres e fluviais, em até **4 (quatro) horas corridas**, a contar da confirmação da CONTRATANTE para aquisição da passagem aérea, rodoviária e/ou fluvial, diretamente na Coordenadoria de Logística da Casa Militar da Governadoria do





Estado do Pará; ou em local previamente estabelecido pela CONTRATANTE; ou por meio eletrônico, caso a passagem comporte este tipo de envio.

5.5. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aéreas, terrestre e fluvial, poderá ser solicitada pela CONTRATANTE, sem a obediência aos prazos previstos nos subitens 5.3 e 5.4, devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com a agilidade necessária.

5.6. Caracterizam-se como solicitações emergenciais as que, se não realizadas de imediato, possam acarretar de alguma forma prejuízo e/ou transtorno para a CONTRATANTE e/ou aos policiais militares da Corporação;

5.7. A CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para a adequada definição do melhor roteiro, tarifas, horários e frequência de viagens, sempre que solicitada;

5.8. A CONTRATADA deverá desmarcar, cancelar ou transferir, dentro das disposições legais, as passagens que não atendam a CONTRATANTE, conforme solicitação;

5.9. A CONTRATADA deverá emitir, dentro do o prazo MÁXIMO de 10 (dez) dias úteis, fatura de crédito, contendo os valores de provenientes de cancelamento, mudanças de voos ou no-show, quando houver, a qual deverá ser deduzida na próxima liquidação de faturas.

#### **CLÁUSULA VI - DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

6.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

6.2. A CONTRATANTE deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

#### **CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

7.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

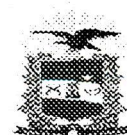
7.4. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



- 7.6. Caso a CONTRATADA possua mais de um Contrato com a CONTRATANTE, deverá emitir Notas Fiscais/Faturas distintas, com o mesmo CNPJ que consta do contrato e da proposta;
- 7.7. Emitir Notas Fiscais/faturas dos serviços efetivamente prestados, discriminando no corpo das mesmas, o período e trecho a que se refere as passagens, ponto de partida e chegada, horário, nome do(s) passageiro(s), além do número e objeto do respectivo contrato a ser celebrado.
- 7.8. Fornecer à contratante, histórico mensal dos fornecimentos realizados, indicando o quantitativo de passagens emitidas no período, informando os valores e trechos solicitados por tipo de passagens.
- 7.9. Arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 7.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 7.11. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.
- 7.12. Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando ao bom andamento dos serviços.
- 7.13. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 7.14. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.
- 7.15. Prestar os serviços, objeto deste Contrato, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.
- 7.16. Disponibilizar serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas, por meio de telefone celular, ou outra forma de comunicação, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, bem como dar suporte a atendimentos emergenciais que extrapolem os dias/horários determinados no subitem 7.37 deste Termo;
- 7.17. Adequar-se a toda e qualquer modernização tecnológica que a CONTRATANTE venha a implementar no sistema tecnológico, visando à otimização do atendimento dos serviços contratados;





- 7.18. Dotar de infraestrutura adequada, o Posto de Atendimento citado no item 4, com pessoal qualificado, necessário e suficiente para a prestação dos serviços contratados, como também responsabilizar-se pela manutenção dos recursos nele alocados;
- 7.19. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas, terrestres e fluviais, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, da empresa, com fotografia recente;
- 7.20. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE, sobre assuntos relacionados à execução do contrato;
- 7.21. Prestar o serviço, de acordo com as especificações e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência que deverão estar de acordo com as condições da respectiva proposta adjudicada pela PMPA.
- 7.22. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas obrigações deverá atender prontamente;
- 7.23. Efetuar pesquisa em todas as companhias aéreas, rodoviárias e fluviais disponíveis para o trecho solicitado, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;
- 7.24. Entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pela CONTRATANTE;
- 7.25. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque.
- 7.26. Manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente a CONTRATANTE as inclusões e/ou exclusões;
- 7.27. Comunicar de imediato a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- 7.28. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas, rodoviárias e fluviais, legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;
- 7.29. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Contrato, sem prévia autorização do contratante;
- 7.30. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.31. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do contratante;



7.32. A CONTRATADA deverá emitir todas as Notas Fiscais/Fatura com o mesmo CNPJ que consta do Contrato e da Proposta;

7.33. Reembolsar a CONTRATANTE o valor correspondente ao preço da passagem aéreas, terrestre e fluvial, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, devendo a contratada emitir fatura de crédito dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, contendo o valor das passagens requisitadas e não utilizadas pela CONTRATANTE, a qual deverá ser acrescentada e deduzida da próxima fatura.

7.34. Emitir, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, fatura de crédito contendo o valor das passagens requisitadas e não utilizadas pela CONTRATANTE, a qual deverá ser acrescentada e deduzida da próxima fatura, sendo que os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados deverão constar como abatimento do próximo faturamento;

7.35. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, rodoviárias e fluviais, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a CONTRATANTE solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada;

7.36. Emitir faturas e/ou notas fiscais para as passagens aéreas, terrestres e fluviais com o devido desconto, identificado nas faturas;

7.37. É de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, a realização de cotações de preço de passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, como também as articulações junto as Empresas, para informações de preços/horários de viagens e tudo mais que for necessário para que seja fornecido à CONTRATANTE. Na cotação de preço deve constar data, horário e valor da viagem, de todas as Empresas disponíveis pelo trecho solicitado, sob pena de rescisão contratual;

7.38. Emitir Notas Fiscais/faturas dos serviços efetivamente prestados, discriminando no corpo das mesmas, o nome do beneficiário, trecho, data da viagem, horário, o período a que se refere o serviço/etapa ou parcela, o logotipo da empresa que forneceu o bilhete, o local da prestação do serviço o número e o objeto do respectivo Contrato, de acordo com o estabelecido neste Termo.

7.39. Trocar a Nota Fiscal sempre que a CONTRATANTE solicitar em virtude de ter sido emitida com informações incorretas.

7.40. Estabelecer novo prazo de vencimento da Nota Fiscal, sempre que a mesma for refeita para correções de falhas ocorridas na emissão.

7.41. Entregar os bilhetes de passagens aéreas, terrestres e fluviais, na Coordenadoria de Logística da CMG, ou em local previamente estabelecido pela CONTRATANTE, em até **4 (quatro) horas corridas**, a contar da confirmação da CONTRATANTE para aquisição da passagem aérea, rodoviária e/ou fluvial, e/ou em casos excepcionais entregar diretamente para o usuário/beneficiário da passagem, isso quando o fiscal do contrato solicitar;





7.42. Em casos fortuitos ou força maior que impossibilite a contratada de prestar os serviços contratados pela CONTRATANTE, a contratada deverá informar formalmente ao fiscal do contrato da impossibilidade em questão, com antecedência mínima de 72 horas.

#### **CLÁUSULA VIII- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

8.2. Permitir o acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da Corporação para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados, desde que devidamente uniformizados e identificados com crachás;

8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato;

8.4. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados;

8.5. Comunicar à contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;

8.6. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

8.7. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais falhas, faltas, inexecuções ou quaisquer imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.8. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;

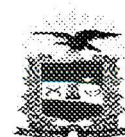
8.9. Solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito.

#### **CLÁUSULA IX - DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A CONTRATANTE designará um policial militar para atuar como fiscal do contrato e acompanhar sua execução, o qual deverá registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, conforme art. 67 da lei federal nº 8.666/93 e o previsto no Decreto Estadual nº 870/2013;

9.2. O fiscal do contrato será responsável pelo atesto das faturas, fiscalização e monitoramento da execução do Contrato.

9.2.1. Informar à Coordenadoria de Logística as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;



## CLÁUSULA X - DO VALOR E DO PAGAMENTO

10.1. O Valor Global Anual estimado para o presente contrato é de **R\$1.003.205,75 (Um milhão, três mil, duzentos e cinco reais e setenta e cinco centavos)**, conforme média realizada sobre o histórico de emissão de passagens aéreas, terrestres e fluviais realizadas pela Casa Militar da Governadoria do Estado no de 2019, considerando ainda o aumento do fluxo previsto para o ano de 2020.

10.2. A Contratada apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pela Contratante, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, mediante ordem bancária creditada em conta corrente exclusivamente no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ S/A, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização, desde que atendidas todas as condições previstas neste termo de referência, devidamente atestado o recebimento definitivo dos serviços pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, com a documentação fiscal válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento;

10.3. No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento estipulado no subitem 10.2. passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos. Sendo que a Contratada, ao emitir Nota Fiscal/Fatura, para substituir as que já tinham sido recebidas na CONTRATANTE, deverá emitir com prorrogação da data para vencimento;

10.4. Nos moldes do que determina o Decreto Estadual nº. 877, de 31 de março de 2008, o pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ S/A;

10.5. Os fornecedores e prestadores de serviços vencedores do certame, que ainda não sejam correntistas do Banco do Estado do Pará S/A, deverão providenciar a abertura de conta corrente na agência de sua preferência;

10.6. A Contratada deverá fazer constar a identificação da agência e da conta corrente nos documentos de cobrança dos serviços prestados tais como, notas fiscais, faturas, recibos e similares;

10.7. O pagamento da Nota Fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade da Contratada junto a Seguridade Social - CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.8. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Edital e do contrato;

10.9. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos serviços contratados ou atualização monetária por atraso de pagamento.





#### CLÁUSULA XI - DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA

11.1. Caberá ao servidor expressamente designado (por Portaria) como fiscal de contrato, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento, bem como o contato com a CONTRATADA para solicitação de certidões de regularidade junto a empresa, documentos estes imprescindíveis para o processo de pagamento.

#### CLÁUSULA XII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Pregão constam do orçamento da CMG:

Atividade	8315 – Apoio Logístico para Atuação Governamental 8912 – Capacitação de Agentes Públicos
Natureza da Despesa	33.90.33.11 – Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Aéreas para o País 33.90.33.12 – Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Aéreas para o Exterior 33.90.33.15 – Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Fluviais para o País 33.90.33.18 – Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Terrestres para o País
Fonte do Recurso	0101006359 (Tesouro do Estado / Passagem Aérea) e 0101000000 (Tesouro do Estado)
Funcional Programática	04.122.1297.8315 04.128.1508.8912

#### CLÁUSULA XIV - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Secretário ou dirigente máximo da CONTRATANTE, com apresentação das devidas justificativas.

#### CLÁUSULA XV - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

15.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial, poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93;

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.



## CLÁUSULA XVI- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**16.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV e o § 3º do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações. A reabilitação será concedida quando a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes da respectiva inexecução contratual e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do subitem 16.2 deste instrumento.

**16.3.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

**16.4.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 16.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5(cinco) dias úteis;





**16.5.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública Estadual, estabelecida na alínea “d” do subitem 16.2, será proposta pela CMG/PA e endereçada à Secretaria de Estado de Administração para aplicação à contratada, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de até 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

**16.6.** As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela CONTRATANTE;

**16.7.** O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente a CONTRATANTE em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

**16.8.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**16.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “d” do subitem 16.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais;

**16.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**16.11.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa;

## **CLÁUSULA XVII - DA RESCISÃO**

**17.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

**17.2.** A rescisão do Contrato poderá ser:

**17.2.1** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**17.2.2** Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

**17.2.3** Judicial nos termos da legislação.

**17.3.** A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**17.4.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa no termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;



## CLÁUSULA XVII - DO REAJUSTE

18.1. O primeiro reajuste será concedido 12 (doze) meses após a assinatura do Contrato, levando em conta a variação do índice pactuado entre o mês anterior ao da apresentação da proposta e o mês anterior ao da data do primeiro aniversário anual do contrato. Os próximos reajustes ocorrerão sempre decorridos 12 (doze) meses do último reajuste concedido, aplicado a variação do índice pactuado.

18.2. Para efeito da definição do índice a ser aplicado nos reajustes adotar-se-á a variação de custos definida pelo Índice Nacional de Custo da Construção - IPCA/IBGE que será aplicada no período do reajuste.

## CLÁUSULA XIX - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

19.1. As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- e) consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela CONTRATANTE; e
- g) outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

19.2. Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a CONTRATANTE, por escrito.

19.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à CONTRATANTE, até 24 horas após a ocorrência.

## CLÁUSULA XX - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O prazo de vigência do presente contrato inicia-se na data de sua publicação, encerrando-se em 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração conforme o disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666/93.





## CLÁUSULA XXI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os seguintes endereços:

21.1.1. CONTRATANTE: Av. Doutor Freitas, nº 2531, Palácio dos Despachos, Bairro da Pedreira, CEP: 66.087-812

21.1.2. CONTRATADA: Travessa Padre Eutíquio, nº 43, Bairro Comércio, CEP: 66010-150, Belém - Pará

21.2. A CONTRATADA declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato;

## 22. CLÁUSULA XXII - DAS COMUNICAÇÕES

22.1. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

## CLÁUSULA XXIII - DO FORO

23.1. - Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Contrato.

E assim ajustado, as partes assinam este contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que o mesmo produza seus efeitos legais.

Belém, 28 de Janeiro de 2020

  
CEL QOPM R/R OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR  
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ  
CONTRATANTE

  
LEONARDO GUIMARÃES FONTENELE  
NORTE TURISMO LTDA EPP  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS

NOME: Brenha M. Santos Maciel  
CPF: 973.909.172-53  
RG: 39046

NOME: Mario Abraham Aguiar Gomes  
CPF: 015.501.722-55  
RG: 5938094

**PORTARIA Nº 239/2020-CCG, DE 30 DE JANEIRO DE 2020**  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/75403,  
**RESOLVE:**  
nomear VANIA MARIA BASTOS DE SOUZA para exercer o cargo em comissão de Secretário de Gabinete, código GEP-DAS-011.1, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE JANEIRO DE 2020.  
PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

**PORTARIA Nº 240/2020-CCG, DE 30 DE JANEIRO DE 2020**  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/75785,  
**RESOLVE:**  
nomear ERIK FELIPE SOUZA PAMPLONA para exercer o cargo em comissão de Coordenador Fazendário, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE JANEIRO DE 2020.  
PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

**PORTARIA Nº 241/2020-CCG, DE 30 DE JANEIRO DE 2020**  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/75729,  
**RESOLVE:**  
nomear DIALMA TADEU CORREA PANTOJA para exercer o cargo em comissão de Coordenador Fazendário, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE JANEIRO DE 2020.  
PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

**PORTARIA Nº 120 /2020-CCG DE 20 DE JANEIRO DE 2020\***  
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011,  
**RESOLVE:**  
lotar ELCIO CUNHA NUNES, Assessor Especial I, na Secretaria de Estado de Educação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 20 DE JANEIRO DE 2020.  
PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

\* Republicada por ter saído com incorreção no D.O.E nº 34.094, de 21 de janeiro de 2020.

Protocolo 519392

## CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

### CONTRATO

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 001/2019-CMG**  
Contratante: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ.  
Contratada: NORTE TURISMO LTDA - EPP.  
CNPJ: 05.570.254/0001-69.  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2019-PM/PA.  
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens.  
Valor Global: R\$ 1.003.205,75 (um milhão, três mil, duzentos e cinco reais e setenta e cinco centavos).  
Dotação Orçamentária:

Atividade	8315 - Apoio Logístico para Atuação Governamental 8912 - Capacitação de Agentes Públicos
Natureza da Despesa	33.90.33.11 - Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Aéreas para o País. 33.90.33.12 - Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Aéreas para o Exterior. 33.90.33.15 - Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Fluviais para o País. 33.90.33.18 - Passagens e Despesas com Locomoção / Passagens Terrestres para o País.
Fonte do Recurso	0101006359 (Tesouro do Estado / Passagens Aéreas). 0101000000 (Tesouro do Estado)
Matrícula Programática	04.122.1297.8315 04.128.1508.8912

Vigência do Contrato: 31/01/2020 à 30/01/2021.  
Data da Assinatura: 28/01/2020  
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM R/R RG 9916  
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado.

Protocolo: 519290

### EXTINÇÃO DE CONTRATO

**RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2019 - CMG/PA**  
A CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ torna pública a Rescisão Amigável ao Contrato Administrativo 002/2019-CMG, com base no art. 79, II, da Lei Federal 8.666/93 e Parecer Jurídico 007/2020 - ASJUR/CMG.

Data da Assinatura da Rescisão: 28/01/2019  
Contratada: DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA.  
CNPJ: 15.741.481/0001-63.  
Endereço: Tv. Dom Romualdo de Seixas, 921, bairro Umarizal, CEP 66.050-110, Belém/PA.

Torna-se rescindido o Contrato Administrativo 002/2019-CMG a partir de 30 de janeiro de 2020

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM R/R RG 9916  
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado.

Protocolo: 519300

### DIÁRIA

**PORTARIA Nº 049/2020 - CMG, 29 DE JANEIRO DE 2020**  
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO: O Processo nº 054/2020 - CMG, datado de 24/01/2020  
**RESOLVE:**

I - Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao militar abaixo mencionado por ter seguido viagem para os municípios de IGARAPÉ -AÇU e OUREM/PA/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP QOPM RG 31133 JOSIAS ALVES FILHO	5887445/1	683.986.032-91	24/01/2020 a 28/01/2020	4,5 (Completa)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 29 de janeiro de 2020

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 519018

**PORTARIA Nº 048/2020 - CMG, 29 DE JANEIRO DE 2020**  
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO: O Processo nº 053/2020 - CMG, datado de 24/01/2020  
**RESOLVE:**

I - Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado por ter seguido viagem para os municípios de IGARAPÉ -AÇU/PA e OUREM/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
ALAN WANTUIR DE MELO DIAS	5826322/1	411.605.502-63	24/01/2020 a 28/01/2020	4,5 (Completa)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 29 de janeiro de 2020

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 519021

## VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

### FÉRIAS

**PORTARIA Nº 15/2020-GVG DE 29 DE JANEIRO DE 2020**  
O Diretor Geral da Vice-Governadoria do Estado, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA Nº 001/2019-GVG, de 18 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO o art. 74 e 75, Lei 5.810 de 24 de Janeiro de 1994.

**RESOLVE:**

CONCEDER, 30 dias de férias regulamentares a servidora desta Vice-Governadoria, conforme abaixo relacionado:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO DE GOZO
Rita de Cássia Fonseca Paes	01.02.2019 a 31.01.2020	03/02/20 a 03/03/20

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Carlos Alberto da Silva Alcântara

Diretor Geral

Protocolo: 519310